



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Defesa do Consumidor
para os devidos fins.

Em 26/04/16

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado SEVERO EXALIL

para relatar.

Em 26/04/16

Presidente da Comissão de Defesa dos
Direitos da Mulher



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 31/2016 que:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil e dá outras providências”

AUTOR: Dep. ROBERT RIOS

RELATOR: Dep. SEVERO EULÁLIO

I – RELATÓRIO

Nos termos dos arts. 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, fui nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria e adequação às normas protetivas dos consumidores. Para tanto, deve ser observada sua adequação formal e material com os preceitos normativos da Constituição da República de 1988 e da Constituição do Estado do Piauí de 1989, bem como do Código de Defesa do Consumidor.

Trata-se de projeto de lei, apresentado pelo eminente Dep. Robert Rios, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil e dá outras providências. Afirma o Proponente que “a construção sustentável é um conceito relacionado a um conjunto de práticas adotadas antes, durante e após os trabalhos de planejamento e construção, com o intuito de obter uma edificação que não agrida o meio ambiente e leve em conta o processo no qual o projeto foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

concebido, como serão utilizados os ambientes, quanto tempo terá de vida útil, e depois desse período se ele servirá para outros propósitos ou não”.

Afirma ainda que “o funcionamento das cidades é o grande responsável pelo consumo de materiais, principalmente água e energia, sendo importante a adoção de práticas sustentáveis, para que os impactos sobre o meio ambiente sejam mitigados”. E que “de todas as atividades praticadas pelo homem, a construção civil é uma das que mais tem impacto no meio ambiente”.

Por fim, aduz que “no Brasil, aproximadamente 40% da extração dos recursos naturais tem como destino a indústria da construção; 50% da energia gerada no País é destinada ao funcionamento das edificações, e 50% dos resíduos gerados são provenientes de obras e demolições”. Assim, “a adoção dessas práticas por parte dos gestores servirá como ferramenta de disseminação desses conceitos, auxiliando na preservação do meio ambiente e melhorando a qualidade de vida de todos”.

É o relatório. Passo ao voto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe o art. 225 da Constituição da República que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Por seu turno, preceitua a Constituição do Estado do Piauí em seu art. 237: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, de harmonizá-lo, racionalmente, com as necessidades do desenvolvimento sócio-econômico para as presentes e futuras gerações”.

Finalmente, aduz o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 4º que “a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios [dentre outros]: III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores; e V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo”.

Dentre os princípios nos quais se funda a ordem econômica, prevê o art. 170 da Constituição da República a defesa do meio ambiente, “inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

Assim, é de fácil percepção que o projeto de lei em análise caminha no sentido apontado pelas Constituições da República e do Estado do Piauí e pelo Código de Defesa do Consumidor, já que visa a incentivar e promover a adoção de práticas inteligentes e sustentáveis na construção civil, em respeito e preservação do meio ambiente. Pelo que se observa do Projeto de Lei, não há a imposição de certas práticas, mas a indicação de que algumas preocupações devem ser levadas em consideração quando do desenvolvimento e da execução dos projetos de edificações em geral. Isso indica que o presente Projeto de Lei não afetará a viabilidade econômica de futuras edificações no Estado do Piauí.

O projeto de lei em exame, portanto, resplandece as Constituições da República (art. 225) e do Estado do Piauí (art. 237). Logo, considero a proposição constitucional em seus aspectos formais e materiais.

III – CONCLUSÃO DO VOTO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria.

() pela aprovação

() pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 16 de maio de 2016.

DEP. SEVERO EULÁLIO

Relator

